

# Cartas de Clarice Lispector, desnudos de uma estrangeira

p. 90 - 102

Cristiane Augusta Mendes Gomes <sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo tem como objeto de estudo as cartas enviadas e recebidas de Clarice Lispector, publicadas no livro *Correspondências*. Para tal, foram selecionadas algumas cartas, que vieram a público apenas na última década e ainda foram pouco exploradas. Os estudos e análises buscam focalizar, sobretudo, quem de fato fala ali, desnudando uma Clarice estrangeira. Na verdade, pretendemos aqui penetrar no universo íntimo desta escritora com o intuito de explorar suas diversas facetas, sua capacidade de multiplicar-se, ficcionalizando, mesmo quando escreve aos amigos e familiares.

**Palavras-Chave:** Cartas; Clarice Lispector; estrangeira.

## Abstract

This article is about the study of letters sent and received by Clarice Lispector, published in the book *Matches*. To this end, we selected some letters, which became public only in the last decade and were still little explored. Studies and analyzes seek to focus, above all, who actually talks there, baring one foreign Clarice. In fact, here we intend to penetrate the intimate universe of this writer in order to explore its many facets, its ability to multiply, fictionalizing, even when writing to friends and family.

**Key words:** Letters; Clarice Lispector; foreign.

## Introdução

Clarice nos passava a sensação de distanciamento, um ar afastado, parecia não estar por inteira em lugar algum, tinha uma pronúncia peculiar do /r/, talvez pela língua falada em sua casa, junto aos pais, o ídiche, fato que levou muitos a afirmarem que ela possuía a “língua presa” ou mesmo um “sotaque estrangeiro”, porém tais características não são suficientes para podermos qualificá-la como escritora estrangeira, classificação de que ela mesma sempre se

esquivava. O sentimento de estrangeiridade de Lispector poderia não estar totalmente ligado ao fato de ter imigrado com seus pais para o Brasil, mas também por ter vivido tantos anos fora da pátria que adotara, acompanhando seu marido diplomata. Sobre isso, seu amigo e escritor, Antonio Callado, disse:

Clarice era uma estrangeira. Não porque nasceu na Ucrânia. Criada desde menininha no Brasil, era tão brasileira quanto não importa quem. Clarice era estrangeira na terra. Ela dava a impressão de andar no mundo como quem desembarca de noite

<sup>1</sup> Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo (2005) e em Pedagogia pela Unopar (2012). Especialização em Filosofia para docência pela Faculdade Estácio de Sá (2006). Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2013).

numa cidade desconhecida onde há uma greve geral de transportes. (Apud Gotlib, Clarice Lispector: Uma vida que se Conta, 2009, p. 52)

Haia [2] Clarice nasceu na Ucrânia e, aos dois meses de idade, veio para o Brasil com seus pais, Mânia (Marieta) e Pinkhous (Pedro) Lispector, e suas irmãs (Leia) Elisa, com nove anos e Tânia, com cinco anos. Tal imigração aconteceu devido ao impacto causado pela Primeira Grande Guerra, já que, no rearranjo dos territórios, a Ucrânia passa, temporariamente, a pertencer à Alemanha, sofrendo as consequências da Revolução de 1917, com violentas perseguições aos judeus, com saques, estupros, assassinatos entre outros.

Aos dois meses de vida, Clarice é retirada da terra de origem, carregada nos braços por pais que fogem em busca de melhores condições. Um bebê recém-nascido que não tivera tempo de confrontar o mundo, mas que tem, aí, sua primeira ruptura com a terra. Sobre essa ruptura, Hall considera:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência.

A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades — os legados do Império em toda parte — podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor. (2002, p. 28)

Porém esse retorno não acontece. Como reagir diante disso? Fugiram de uma perseguição que, talvez, mesmo no Brasil, não teria o fim

esperado.

A família Lispector chega ao Brasil, possivelmente em 1921, desembarcando em Maceió e três anos depois, segue para Recife. Mais tarde, tendo já sua mãe falecido, vão para o Rio de Janeiro.

Em sua casa, conversavam no idioma iídiche; mesmo assim, mais tarde, Clarice torna-se exímia tradutora do inglês, além de dominar o italiano e o francês. Por ter a língua presa, tomou certo “ar de estrangeira”. E nessa babel das línguas, descobre sua melhor forma de expressão no português, mas, da terra em que o aprende, afasta-se em virtude do casamento com Maury Gurgel; após morar em Belém do Pará, o casal se muda para África, Portugal, África novamente, e Nápoles.

O percurso será contado pela escritora ao amigo Fernando Sabino em carta, datada de abril de 1946:

Na verdade nem sei direito o que contar. Aquela minha carinha alegre da despedida resolveu—se em lágrimas no avião. Os americanos felizes ficam olhando enquanto a gente não sabe onde botar tanta lágrima e nem tem lenço suficiente.

[...]

Depois que chorei bastante no avião fiquei cheia de Saudade, Amizade, Amor, Esperança, Tristeza, Vontade de Trabalhar, e o pior, era a Vontade de Dar Tudo Isso. Agora eu estou rindo, mas estava séria. Talvez estejam me achando excessiva, mas não faz mal, corro o risco e até perco.

[...]

Passsei uns três dias em Natal, passei pela ilha de Ascensão, Libéria, Dakar

[...]

Casablanca; aí tinham cortado a linha para Roma e então fui simplesmente para o Cairo, onde passei uns dois dias.

[...]

Do Cairo tomei um avião para Roma, passando por Atenas.

---

2 Segundo Gotlib, por iniciativa de Pinkhous — pai de Clarice — quando chegaram ao Brasil, a família adotou novos nomes, à exceção de Tania. O pai se tornaria Pedro; a mãe, Marieta. Leia se transformaria em Elisa e Haia — que significa vida, ou clara — em Clarice

[...]  
Aqui em Berna já estou tentando trabalhar.  
Não quero pensar em saudades, não quero  
pensar em gritos, nem sequer em Berna eu  
quero pensar. (2002, p. 9)

Agora, Clarice, não mais sendo Lispector,  
mas Gurgel Valente, desloca-se por terras  
desconhecidas, estando ligada ao Brasil apenas  
pela correspondência que troca com alguns  
amigos e familiares.

A escritora não volta à Rússia, e ao que  
nos consta, nem pretendeu, pois quando esteve  
próxima de “conhecer” sua cidade natal, relutou  
[3] . Talvez porque carregava consigo o que  
Heidegger chamou de *unheimlichkeit*, ou seja, “não  
estamos em casa”, condição explicitada por Hall:

Não podemos jamais ir para casa, voltar à  
cena primária enquanto momento esquecido  
de nossos começos e “autenticidade”, pois  
há sempre algo no meio. Não podemos  
retornar a uma unidade passada, pois só  
podemos conhecer o passado, a memória,  
o inconsciente através de seus efeitos,  
isto é, quando este é trazido para dentro  
da linguagem e de lá embarcamos numa  
(interminável) viagem. Diante da “floresta  
de signos” (Baudelaire), nos encontramos  
sempre na encruzilhada, com nossas histórias  
e memórias (“reliquias secularizadas”, como  
Benjamin, o colecionador, as descreve) ao  
mesmo tempo em que esquadrihamos a  
constelação cheia de tensão que se estende  
diante de nós, buscando a linguagem, o  
estilo, que vai dominar o movimento e dar-  
lhe forma. Talvez seja mais uma questão  
de buscar estar em casa, aqui, no único  
momento e contexto que temos. (2002, p. 27)

Deste modo, ou talvez por isso, sua lealdade  
às origens e a autenticidade de seu sangue  
estrangeiro são negados pela escritora que se  
atrapalha em identificar-se: “Nasci na Rússia, mas  
não sou russa não” (GOTLIB, 2009, p. 64) “Eu  
sou judia, você sabe./ Eu, enfim, sou brasileira,  
pronto e ponto” (Ibidem, p. 65). E, assim,  
percebemos que Clarice evita a tradição e tenta  
cortar o cordão umbilical, social e existencial que  
a une à Rússia.

Porém, mesmo sentindo-se totalmente  
brasileira, Lispector, de fato, nunca se afastou  
completamente de suas origens. Sua irmã Tânia  
relatou: “Meu pai tinha muita cultura bíblica.  
Celebrávamos três ou quatro datas do calendário  
judaico. E recebia jornal de New York, The Day,  
em iídiche.” [4]

Clarice assume pela primeira vez que era  
de origem judaica em dezembro de 1973, quando  
trabalhava no *Jornal do Brasil*, e Alberto Dines [5]  
foi demitido, acusado de chefear a indisciplina  
na redação. O fato é que o Brasil passava por  
um período político conturbado, devido a uma  
crise no petróleo. O novo presidente do Brasil,  
Ernesto Geisel, recém-saído da Petrobrás,  
tentava estabelecer laços com os países árabes,  
não achando viável manter um judeu na direção  
do jornal. Deste modo, muitos amigos foram  
solidários a Dines, inclusive Lispector, também  
demitida logo em seguida, assim como todos os

---

3 Clarice relata esse episódio em: Clarice Lispector, “Falando em Viagens”, *Jornal do Brasil*, 12 jun. 1971; *A Descoberta do Mundo*, p. 551

---

4 *Apud* Nádia Battella Gotlib, op. cit., p. 84. Além dessa citação, vários dados da biografia de Clarice Lispector foram extraídos da mesma obra

---

5 Alberto Dines (Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1932) é um jornalista e escritor brasileiro. Em seus mais de cinquenta anos de carreira, Dines dirigiu e lançou diversas revistas e jornais no Brasil e em Portugal. Leciona jornalismo desde 1963, e, em 1974, foi professor visitante da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, Nova York. Foi editor-chefe do *Jornal do Brasil* durante doze anos e diretor da sucursal da *Folha de São Paulo* no Rio de Janeiro. Dirigiu o Grupo Abril em Portugal, onde lançou a revista *Exame*. Depois de anos driblando a ditadura à frente do *Jornal do Brasil*, foi demitido em junho de 1984 justamente por publicar um artigo que contrariava a direção do jornal, ao criticar a relação amistosa de seus donos com o governo do estado do Rio de Janeiro.

demais judeus.

Clarice reconhecia sua origem, mas a mantinha reservada, embora tenha nutrido, ao menos na infância, práticas judaicas. Assim como suas irmãs, a escritora frequentou a escola israelita em Recife, onde aprendeu o hebraico e o ídiche, bem como participou de rituais judeus cultivados por seus pais.

Notamos que a escrita de Lispector é repleta de uma busca — seja do real, da coisa, do impalpável, do impronunciável, de Deus — levando a linguagem a seus limites, e em oposição à presunção do entendimento, remete a seu interlocutor questões do que não é designável nem representável. Entendemos, portanto, que sua escrita, mesmo que de modo inconsciente, apresenta traços fiéis à interdição bíblica judaica, seja representando o absoluto, seja delimitando o que não tem limite ou mesmo concedendo uma abertura para uma interpretação multiplicadora.

Em suas obras, essa presença judaica se faz nítida, como em *A Via Crucis do Corpo*, no qual o título, por si só, já nos remete ao espaço do martírio de Cristo, reforçado por epígrafes provenientes dos textos fundamentais das religiões judaica e cristã (*Salmos, Lamentações de Jeremias etc.*). Já em *A Hora da Estrela*, o nome da protagonista nos conduz ao livro dos Macabeus [6]. Na obra, também encontramos algumas marcas que nos lembram o texto bíblico, fazendo referência a uma concepção de mundo e de realidade mobilizadora tanto do vegetal como do animal. Deste modo, Clarice Lispector confia, por exemplo, à maçã, que por vezes é *A maçã no escuro*, o encargo de assumir a forma simbólica primordial, graças à qual a relação homem/criação/criador pode se

manifestar. A maçã, entretanto, não desvenda apenas a origem e a importância da norma, mas também, e fundamentalmente, a função da infração. É também comum nos textos de Clarice fazer menção a animais, como se fossem ingredientes necessários à domesticação social do homem no universo, bem como a “sujeira” dos mesmos que remete à ação do indivíduo.

Além da presença judaica, observamos também em Clarice a presença do cristianismo, bem como de crenças populares, sugerindo seu enlace na integração singular das experiências religiosas brasileiras. Alguns desses se traduzem em hábitos místicos, ligados a credences e superstições. Segundo Gopliberello

nos números 5, 7 e 13. Pedia a Olga Borelli, que lhe datilografasse os textos, para contar sete espaços nos parágrafos. E para dar jeito de terminar um determinado texto na página 13. Acreditava em certos avisos, sob a forma de sinais, como folhas secas caindo e penas de pombo aparecendo inesperadamente. Ia com certa regularidade a uma cartomante que se chamava d. Nair e mora no Méier. (2009, p. 533)

Isso pode ser confirmado quando Clarice viajava com sua amiga Lygia Fagundes Telles, em agosto de 1974, para Cali, na Colômbia, a fim de dar uma conferência. O avião teve uma grande turbulência e Lispector, vendo a aflição de Lygia, tomou-lhe o braço e riu: “Não se preocupe, porque minha cartomante já disse que eu não vou morrer num desastre!”. [7]

E, ainda, no ano seguinte, Clarice é convidada por Simón González para participar do Primeiro Congresso Mundial de Bruxaria em Bogotá. A escritora aceita, e em entrevista a *Veja*, diz: “No Congresso pretendo mais ouvir que falar.

---

6 Os livros I e II dos Macabeus são apócrifos, isto é, não fazem parte do cânone dos livros do Antigo Testamento. O cânone judaico foi fixado aproximadamente no final do século I d. C., sendo incluídos somente em livros escritos em hebraico (ou parcialmente em aramaico), considerados como datados em tempo não posterior a Esdras (século 4 a.C.).

---

7 Graieb, *A ciranda de Lygia*, Veja, São Paulo, 6 agosto de 2008

Só falarei se não puder evitar que isso aconteça, mas falarei sobre a magia do fenômeno natural, pois acho inteiramente mágico o fato de uma escura e seca semente conter em si uma planta verde brilhante.” E dando origem a mais um de seus paradoxos, ela disse: “Mágico também é o fato de termos inventado Deus e que, por milagre, Ele existe.” [8]

Na abertura desse congresso, a escritora fez um pequeno discurso no qual se posicionava quanto à escrita e suas relações com o universo:

Eu tenho pouco a dizer sobre magia. Na verdade eu acho que nosso contato com o sobrenatural deve ser feito em silêncio e numa profunda meditação solitária. A inspiração, em todas as formas de arte, tem um toque de magia porque a criação é uma coisa absolutamente inexplicável. Ninguém sabe nada a propósito dela. Não creio que a inspiração venha de fora para dentro, de forças sobrenaturais. Suponho que ela emerge do mais profundo “eu” de uma pessoa, do mais profundo inconsciente individual, coletivo e cósmico. Mas também é verdade que tudo o que tem vida e é chamado por nós de “natural” é na verdade tão inexplicável como se fosse sobrenatural. Acontece que tudo o que eu tenho a dar a vocês é apenas minha literatura. Alguém vai ler agora em espanhol um texto que eu escrevi, uma espécie de conto chamado “O ovo e a galinha”, que é misterioso mesmo para mim e tem sua simbologia secreta porque, se vocês tentarem apenas raciocinar, tudo o que vai ser dito escapará ao entendimento. Se uma dúzia de ouvintes sentir o meu texto, já me darei por satisfeita. E agora por obséquio ouçam “O ovo e a galinha”, que é misterioso mesmo para mim e tem uma simbologia secreta. Eu peço a vocês para não ouvirem só com o raciocínio porque, se vocês tentarem apenas raciocinar, tudo o que vai ser dito escapará ao entendimento. Se uma dúzia de ouvintes sentir o meu texto, já me darei por satisfeita. [9]

Esse discurso de Clarice é encharcado de um misticismo, mas aquele individual e interior,

sem rótulos ou mesmo influências sobrenaturais; e, ao afirmar que sua escrita brota de reflexões existenciais, do eu, de seus conflitos, reafirma a necessidade de fugir a entendimentos racionais, fazendo-se necessário transcender a razão, deixando fluir a emoção.

O conto mencionado por ela, *O ovo e a galinha*, foi lido, mas como a escritora já havia previsto, ele não foi bem compreendido por muitos. E sobre isso ela relatou:

“O ovo e a galinha” é misterioso e tem mesmo um certo toque de ocultismo. É um conto difícil, profundo. Por isso, acho que o público, muito heterogêneo, teria ficado mais contente se eu tivesse tirado um coelho da cartola. Ou se caísse em transe. Ora, nunca fiz isso em toda minha vida. Minha inspiração não vem do sobrenatural, mas da elaboração inconsciente, que aflora à superfície como uma espécie de revelação. Além disso, não escrevo para agradar ninguém. [10]

Aqui Clarice confirma o mistério arraigado a sua obra, sendo esta, quem sabe, uma elaboração inconsciente. Segundo a escritora, ela não tinha uma porta aberta para o mundo oculto. Sabemos que o artista, em ato de criação, mergulha nas dinâmicas de suas forças internas através do mundo que aprende e elabora estruturas externas a partir da própria estrutura. E é exatamente isso que Lispector afirma aqui, porém o fato de ter participado deste congresso foi o bastante para lhe render um epíteto duradouro: “a grande bruxa da literatura brasileira”.

E assim, bruxa, russa, judia, nordestina... brasileira, esses rótulos não agradavam Clarice, porém a perseguiram por toda sua vida.

É interessante perceber que, mesmo em sua literatura, é comum identificarmos em seus

---

9 Cf. Marilene Felinto, “Lispector foi a congresso de bruxaria”, Folha de S. Paulo, 2 ago, 1992.

---

10 Isa Cambará, “Clarice Lispector: Não escrevo para agradar a ninguém”, Folha de S. Paulo, 10 set. 1975

personagens uma contínua manifestação de viagens que marcam suas vidas, estando estas, sempre de partida, e deste modo, Clarice, fazendo uso desses deslocamentos no espaço, as retrata: em *Perto do Coração Selvagem*, Joana, ao final do romance, parte em viagem; em *O Lustre*, Virgínia abandona o lugar em que nasceu, indo viver na cidade grande; em *A Cidade Sitiada*, Lucrécia é movida pelo desejo de abandonar o subúrbio de São Geraldo; em *A Maçã no Escuro*, Martim foge da cidade, após ter, supostamente, cometido um crime e em *A hora da Estrela*, Macabéia, alagoana, se muda para o Rio de Janeiro a fim de tentar uma nova vida. Notamos, portanto, que escritora e pessoa se confundem, estando ambas à procura de sua inserção em um lugar. Sobre tais travessias, Clarice escreve às irmãs: “[...] e pensando bem não há um verdadeiro lugar para se viver. Tudo é terra dos outros [...]”. (2002, p. 80)

Chamando nossa atenção para as consequências da implantação da cultura europeia no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, destaca que: “somos uns desterrados em nossa terra”, na qual diferentes tradições se misturam, influenciando nossa formação enquanto povo brasileiro, ocasionando certo estranhamento, agravado pela migração ocorrida no fim do século XIX até meados do século XX, fato corroborado por Berta Waldman: “Os desterrados passam a ser eles, os estrangeiros, empenhados em fortalecer os laços de pertença com a nova terra”. (2003, p.18)

E é o que percebemos em Lispector: uma desorientação quanto a suas origens, o que, inclusive, dificulta a precisão de sua biografia:

Data do embarque (em branco) — Embarcação (em branco) — Porto (em branco) — Passaporte n° (em branco) — Expedido em (em branco) — Visado pela autoridade consular brasileira em (em branco) sob n° (em branco) no ano (em branco). Rio de Janeiro, 18 de outubro de mil novecentos e quarenta — Assinatura ilegível do Chefe de Serviço — Ministério da Justiça e Negócios Interiores Polícia Civil do Distrito Federal — DGI — Instituto de Identificação. (GOTLIB, 2009, p. 39)

Sabemos unicamente que Clarice nasceu na Ucrânia, em uma pequena aldeia chamada Tchechelnik, que sequer figura no mapa, mas também pode ter sido em Zerneneck ou Chechelinick. Uma certidão de nascimento, datada de novembro de 1920, afirma que em 10 de dezembro de 1920, nascia Clarice Lispector. Mas também pode ser 1921, 1926, 1927 [11]. Em função desses desvios de identidade, a escritora passa a criar novos sujeitos, não somente em função do que o passado faz dela, mas o que ela faz do passado. Por trás de uma literatura, predominantemente feminina, visto que suas protagonistas são, sobretudo, mulheres, Clarice se esconde e, paradoxalmente, se multifaceta, dando vazão a seus conflitos incontidos.

Com dados tão vagos e documentos em branco, Clarice, aos 21 anos de idade, escreve ao então Presidente da República, em 03 de junho de 1942 e — declarando-se “casualmente russa” e evitando mencionar sua origem judaica — afirma com ênfase sua ligação afetiva com o Brasil:

Senhor Presidente Getúlio Vargas:

Quem lhe escreve é uma jornalista, ex-redatora da Agência Nacional (Departamento

---

11 A data de 1920 figura em: Certidão de Carteira de Identidade para Estrangeiro, 18 jan. 1943; Carteira de Identidade. Ministério das Relações Exteriores, mar. 1943; Carteira de Identidade. Instituto Félix Pacheco, SSP/GB, 31 ago. 1967; Passaporte n. A 156799, 26 ago. 2973 (FCRB). A data de 1921, em: Carteira de Motorista Internacional, Berna, 20 dez. 1947 (FCRB). A data de 1926, em Carteira Profissional. Depto. Nacional do Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 4 maio 1943; Curriculum Vitae, 29 jul. 1968 (FCRB). A data de 1927, em: Passaporte n. AS 006843, 15 dez. 1976; Certificado Internacional de Vacinação contra a Varíola, 15 de maio 1977 (FCRB). A data de 1925 foi adotada por Renard Perez, com base em entrevista feita com Clarice, posteriormente publicada em texto pioneiro na divulgação de dados biográficos da escritora: Renard Perez, *Escritores Brasileiros Contemporâneos*, 2ª Série, PP. 67-76. (apud Gotlib, 2009, p. 37)

de Imprensa e Propaganda), atualmente n'Á Noite, acadêmica da Faculdade Nacional de Direito e, casualmente, russa também.

Uma russa de 21 anos de idade e que está no Brasil há 21 anos menos alguns meses. Que não conhece uma só palavra de russo mas que pensa, fala, escreve e age em português, fazendo disso sua profissão e nisso pousando todos os projetos do seu futuro, próximo ou longínquo. Que não tem pai nem mãe — o primeiro, assim como as irmãs da signatária, brasileiro naturalizado — e que por isso não se sente de modo algum presa ao país de onde veio, nem sequer por ouvir relatos sobre ele. Que deseja casar—se com brasileiro e ter filhos brasileiros. Que, se fosse obrigada a voltar à Rússia, lá se sentiria irremediavelmente estrangeira, sem amigos, sem profissão, sem esperanças.

[...]

Se trago a V. Ex.<sup>a</sup> o resumo dos meus trabalhos jornalísticos não é para pedir-lhe, como recompensa, o direito de ser brasileira. Prestei esses serviços espontânea e naturalmente, e nem poderia deixar de executá-los. Se neles falo é para atestar que já sou brasileira.

Posso apresentar provas materiais de tudo o que afirmo. Infelizmente, o que não posso provar materialmente — e que, no entanto, é o que mais importa — é que tudo que fiz tinha como núcleo minha real união com o país e que não posso, nem elegeria, outra pátria senão o Brasil.

Senhor Presidente. Tomo a liberdade de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> a dispensa do prazo de um ano, que se deve seguir ao processo que atualmente transita pelo Ministério da Justiça, com todos os requisitos satisfeitos. Poderei trabalhar, formar-me, fazer os indispensáveis projetos para o futuro, com segurança e estabilidade. A assinatura de V. Ex.<sup>a</sup> tornará de direito uma situação de fato. Cria-me, Senhor Presidente, ela alargará minha vida. E um dia saberei provar que não a usei inutilmente. (2002, p. 33)

Clarice sempre enfatizou o quanto se sentia brasileira, sendo, então, “estrangeira por acaso”. E, deste modo, pleiteia aqui o direito de naturalizar-se. Fazendo uso de seu curso em Direito, advoga em causa própria; as linhas firmes e claras não suprimem o tom pessoal da carta pedindo antecipação em seu processo de naturalização, o que nos prazos legais, demoraria um ano.

É interessante notar a maneira como

Clarice se apresenta ao Presidente, sendo profissional e estudante “e casualmente, russa também”, destacando o que a vincula ao país, buscando deste modo estruturar sua defesa. Em seguida, diz ser uma “russa de 21 anos de idade”, porém, aqui faz uso de um jogo, pois na verdade quer dizer que é brasileira, pois está também “há 21 anos menos alguns meses” no Brasil. Logo faz uso de argumentos irrefutáveis a seu pedido, vinculando elementos essenciais para o reconhecimento do sujeito em seu país: a língua. Lispector enfatiza que não apenas pensa, fala e escreve em português, mas, principalmente, “age em português”. Provavelmente ela pretendeu vincular sua profissão — na época, jornalista — à maneira como esse idioma fazia parte de seu cotidiano, estando então, impregnado na mesma, o que nos remete ao fato de que a língua é o reflexo de uma cultura e de um indivíduo pertencente a ela.

Seu pedido é, portanto, respaldado por sua identificação com o idioma português. A língua, segundo compreensão dos ideólogos do Estado Novo, era essencial para a homogeneidade do povo brasileiro, por isso o governo se empenhou em dissolver colônias homogêneas de imigrantes e proibiu a educação em outra língua que não o português.

Nesta carta, ao destacar que seu pai, já falecido, também havia se naturalizado brasileiro, Clarice faz uso de artimanhas jurídicas e sentimentais, insinuando sua dupla orfandade, ou seja, órfã de pais e de pátria. Parece-nos que, para a escritora, o fato de ter pertencido à outra pátria refletia como uma adoção paternal e acolhedora no país em que foi criada, tanto que enfatiza seu desejo em se casar com um brasileiro e aqui ter filhos. O interessante é que Clarice tem seus dois filhos enquanto morava fora do Brasil.

Continua argumentando que não se sente russa e caso voltasse a sua terra natal, sentir-se-

ia “irremediavelmente estrangeira, sem amigos, sem profissão, sem esperanças”. A escritora tenta demonstrar que a Rússia não faz parte de sua vida, não possuindo nenhum elo com essa terra, sendo, portanto, brasileira na alma.

Logo mais, destaca seu desejo de viver e servir ao Brasil, mencionando seu trabalho e seus estudos, tentando, assim, provar que pode e quer contribuir para o desenvolvimento dessa pátria. Ao citar que é colaboradora do Departamento de Imprensa e Propaganda, acrescenta seu empenho em divulgar e apoiar o governo de Getúlio, já que este órgão era “o grande elemento de aproximação entre governo e povo”. É interessante notar que Clarice possuía, desde já, o dom da escrita, argumentando de modo enfático e, aqui, de modo direto, ao pleitear seu direito de cidadania.

Em outro momento, a escritora realça sua participação como jornalista em eventos variados, alguns deles de inaugurações pelo próprio presidente, tentando demonstrar todo o seu apoio ao governo Vargas. Clarice sabia que o presidente reconhecia os serviços dos intelectuais ao seu governo e tinha consciência de que ele tratava como relevantes não só as contribuições dos grandes expoentes da cultura nacional, mas também as atividades cotidianas dos que, anonimamente, colocavam-se ao seu serviço. Em um discurso proferido em 21 de dezembro de 1940, Vargas chegou a afirmar que a colaboração de todos intelectuais era necessária, quer “pela altura de seu espírito, quer pela cultura, quer pela sinceridade de sua atuação.” (*Apud* VELLOSO, 1982, p. 81)

Clarice, ao dar destaque ao trabalho jornalístico, enfatiza tê-lo prestado de maneira “espontânea e naturalmente”, algo que já faz parte dela como profissional e cidadã brasileira. O fato é que faz uso de todos esses argumentos,

tendo como intuito provar que já é brasileira; e, ao mencionar “posso apresentar provas materiais de tudo o que afirmo”, na verdade, Lispector apenas se prontifica a complementar os fatos, pois a maior prova de que tenta, a todo instante, fazer uso, não é a material, mas sim seu laço com o país, não desejando, nem admitindo outra pátria que não seja essa.

Assim, após elencar os benefícios da antecipação de sua naturalização, Clarice finaliza assegurando que o deferimento do presidente “tornará de direito uma situação de fato”, o que novamente nos remete à ênfase, dada por ela, em se sentir brasileira. Ao encerrar, dizendo “E um dia saberei provar que não a usei inutilmente”, evoca ao sentimento de vazio ocasionado pela morte da mãe, pois seus pais, supersticiosamente, acreditavam que seu nascimento poderia salvar a mãe doente.

É importante destacar que essa preocupação de Clarice em fazer uso e ser merecedora dessa naturalização foi quase uma premonição, já que se tornou escritora reconhecida mundialmente, carregando consigo a bagagem e toda uma história de vida brasileira.

Porém, mesmo após ter enviado esta carta, ela não obteve deferimento do seu pedido. É importante salientar que esse período histórico vivido no Brasil, corresponde à “Era Vargas” (1930-1945), marcada pelo antissemitismo, caracterizado pelo imigrante estrangeiro frente à ideologia dominante. E entre os perseguidos estão os judeus, cuja trajetória é analisada por Maria Luiza Tucci Carneiro:

Chamando a atenção para a presença do judeu imigrante durante o Estado Novo, Lenharo focaliza-o como elemento indesejável cujo sangue não interessava para a composição da população nacional. Contrapondo o conceito de “trabalhador” ao de “parasita”, identifica

---

2 - Quando um termo ou sequência estiver em itálico, significa que será objeto de análise.

a ideia de “sangue-sêmen” como mecanismo de poder. Tomando-se pela orientação desse fluxo sanguíneo, classificou-se como negativa a entrada de judeus, japoneses e negros”. (1988, p. 35)

Ora, se no Brasil havia um racismo ariano travestido em outras cores, o antissemitismo pode se manifestar em diferentes formas de discriminação, sejam elas religiosas, xenofóbicas, culturais, raciais e políticas entre outras. Porém todas baseadas e justificadas em teorias teológicas (da Antiguidade até o século XIX) ou científicas (século XIX e XX). Classifica-se em antissemitismo tradicional, no qual o ódio aos judeus está apoiado no antagonismo entre duas crenças conflitantes: o catolicismo e o judaísmo, e em antissemitismo moderno, um movimento social e coletivo, oriundo do movimento nazista, da Segunda Guerra Mundial, quando se acreditava no mito da pureza de sangue.

Diante disso, o Brasil tornou-se atrativo para aqueles que fugiam do nazismo alemão e do fascismo italiano; muitos judeus buscavam, em nosso país, um recomeço de vida. Porém o país também sofre influências que viriam a enfatizar esse racismo aqui. O discurso das elites do período passava pela defesa da teoria do branqueamento, com base na miscigenação racial e cultural e na negação de resquícios raciais no país, fazendo com que os judeus se tornassem um dos alvos de uma política de nacionalização e intolerância por parte do Estado brasileiro.

Esse movimento antissemita já possuía indícios anos antes do governo Vargas, vindo a manifestar-se de modo significativo nesse período. O fato é que após a Primeira Guerra e a Revolução Russa, os judeus da Europa Oriental que emigravam para o Brasil destinavam-se, além das colônias agrícolas do Sul, para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, alcançando grande destaque econômico, podendo ser comparável

apenas a alguns poucos grupos de imigrantes no Brasil. Acredita-se que este sucesso financeiro ocorreu porque grande parte dos imigrantes judeus se estabeleceu em centros urbanos, já que as cidades, nos anos 20 e 30, proporcionavam oportunidades econômicas que talvez não estivessem disponíveis nas áreas rurais.

Tal ascensão econômica, aliada ao fato de manterem uma cultura e uma religião próprias, contribuiu ainda mais para que a comunidade judaica ficasse cada vez mais visível aos olhos das elites pensantes do país. Deste modo, a partir da década de 20, intelectuais e políticos iniciaram discussões com o intuito de tratar do “problema judaico”, discurso este marcado pelo viés da intolerância e do racismo. Eram acusados de serem capitalistas gananciosos bem como comunistas demoníacos.

Sem dúvida, essa perseguição foi respaldada pelo fato de que o incentivo à entrada de imigrantes judeus teve, desde o início, a intenção de “salvar” a economia agrícola do país, e os mesmos cultivaram os hábitos culturais de seus países, mantendo também suas tradições judaicas.

O início do século XX no Brasil foi marcado pela busca de uma identidade nacional, acarretando uma preocupação com a formação étnica brasileira, na qual a questão racial ocupava o centro das discussões. Segundo Carneiro (1995), diversos estudiosos do período centravam sua atenção na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, temática que persistiu durante os anos 20, 30 e 40, quando japoneses, alemães e judeus foram objeto de estudos “científicos”. Essa preocupação com o futuro étnico do Brasil e com a identidade nacional ganhou maior destaque na década de 30, juntamente com o recuo das ideias liberais e com o avanço do pensamento clássico da direita europeia, baseado no racismo e no imperialismo.

Foi nesse contexto que aqui se instalou

a família de Clarice Lispector. E o surgimento da escritora também foi marcado por um tempo sombrio de totalitarismo que, segundo Hannah Arendt, rompeu com os conceitos políticos e filosóficos e com os padrões de julgamento moral e ético pelos quais a tradição ocidental sempre se orientou, comprometendo a crença na razão e no progresso como capazes de conduzir a humanidade:

A dominação totalitária como um fato estabelecido, que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos “crimes” não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da História Ocidental. A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. (ARENDR, 1992, p. 54)

Inicia-se, então, a formação de um sistema cultural ambíguo que ocasionou a construção de um processo de transformações de mentalidades, de padronização e homogeneização na sociedade de massa, na qual a cultura deixa de existir, passando a ser substituída por diversão e os objetos culturais viram mercadorias destinadas a serem consumidas no uso, transformadas em ruínas futuras. “Isso não significa que a cultura se difunda para as massas, mas que a cultura é destruída para produzir entretenimento.” (ARENDR, 1992, p 260)

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1982):

O governo do Estado Novo foi centralizador, concentrou no nível federal a tomada de decisões antes partilhadas entre os estados, e foi autoritário, centralizando no Executivo as atribuições anteriormente divididas com o Legislativo. Sua proposição máxima de que só um governo forte torna possível a realização da verdadeira democracia envolve múltiplas interpretações do conceito de democracia. Sua ideologia política recupera práticas autoritárias que pertencem à tradição brasileira, assim

como incorpora outras, mais modernas, que fazem da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social. (1982, p. 10)

Assim, na década de 40, estrangeiros originários dos países do Eixo foram os maiores alvos das políticas discriminatórias. O decreto n. 3.010/1938 reformou a lei brasileira, tornando obrigatório o cadastramento de todos os estrangeiros não naturalizados com menos de 60 anos, bem como estabeleceu a carteira de estrangeiro. Esta lei reformou os critérios sobre a entrada, extradição e expulsão de estrangeiros, o que intensificou a xenofobia da política imigratória baseada em critérios étnicos, políticos e morais. Os estrangeiros deveriam ser assimilados e, por isso, somente algumas etnias e nacionalidades foram mais privilegiadas. Estabeleceram também que estes deviam preferencialmente fixar-se no campo e não nas cidades, seguindo um plano considerado racional de ocupação do interior e impedindo perturbações urbanas. Era considerado estrangeiro radicado quem tivesse bens imóveis no Brasil, fosse casado com mulher brasileira ou tivesse filhos brasileiros. Não seria, talvez, esse o principal motivo do casamento de Clarice Lispector com Maury Gurgel Valente?

Assim, em 1944, aos 23 anos, Clarice se casa com Maury Gurgel, dando um novo rumo a sua vida. Mesmo tendo vários outros países como seu lar, várias outras línguas adotadas, Lispector jamais abandonou suas raízes brasileiras, buscando sempre notícias do país que adotara como sua pátria, destacando sua saudade:

Desde que saí do Brasil para ir a Nápoles minha vida é um esforço diário de adaptação nesses lugares áridos, áridos por que vocês não estão comigo.

[...]

Desde então, tudo que faço é um esforço, minha apatia é tão grande, passo meses sem olhar sequer meu trabalho

[...]

Querida, quase quatro anos me transformaram muito.

[...]

Você já viu como um touro castrado se transforma num boi? Assim fiquei eu... em que pese a dura comparação... Para me adaptar ao inadaptável, para vencer minhas repulsas e meus sonhos, tive que cortar meu aguilhões — cortei em mim a forma que poderia fazer mal aos outros e a mim. E com isso cortei também minha força.

Berna é uma cidade livre, porque então eu me sentia tão presa, tão segregada? (*Apud* MANZO, 2001, p. 33)

As cartas de Clarice para os amigos eram comuns e cotidianas, um modo de fazer-se presente. E aos olhos dos amigos escritores, Clarice embolsava um charme especial por estar vivendo no exterior; paradoxalmente, esse fato gravou-lhe impressões tristes, ao ponto de considerar-se exilada de tudo o que mais amava: sua família, seus amigos e “seu” país. Através dessas várias correspondências, percebemos certo lamento da escritora, oriundo dessa condição de desenraizamento geográfico e sentimental vivida por longos 16 anos. Em consequência desse contexto, ela vivenciou diversas experiências que pontuaram momentos importantes da história política da Europa, sem cogitarmos que efetuou travessia pelo continente europeu em plena guerra.

Em *Os Males da ausência* ou *A Literatura do exílio*, Maria José de Queiroz, no prefácio da obra, afirma que há uma conexão entre escrita e distância: “Literatura do exílio? Sim, isso é possível. Um breve inventário dos males da ausência evidencia, à saciedade, que a literatura desvela espontaneamente, na duração milenar dos acontecimentos que forjam a história, a experiência coletiva e individual do exílio.” (QUEIROZ, 1998, p. 15) e ainda Rubem Braga em “Sobre o amor, etc.”, crônica transcrita em *O Homem Rouco* destaca que: “O amigo que procura manter suas amizades distantes e manda longas cartas sentimentais tem sempre um ar de

náufrago fazendo um apelo.” (BRAGA, 1979, p. 88)

O casal se mudou para a Europa e, durante a viagem, Clarice escreve às irmãs de Argel, em 19 de agosto de 1944, relatando as condições que os esperavam em Nápoles:

Mozart, que esteve em Nápoles há poucos meses, diz que as coisas lá não estão tão difíceis assim — e ele viu a cidade há meses. Agora os americanos devem ter melhorado ainda mais. Não nos faltará nada, estou certa, principalmente em relação à comida por causa dos americanos que nos auxiliarão certamente.

[...]

É quase certo que durante algum tempo não poderei escrever, por condições de Nápoles mesmo.

Mas no caso — falta de notícia é boa notícia: para qualquer coisa que houver mesmo tola, arranjar-se-ia comunicação com o Brasil. (2002, p. 50)

Devido à Segunda Guerra Mundial, diversos países da Europa encontravam-se em situações difíceis, e aqui Clarice nos confirma as dificuldades previstas que encontraria em Nápoles, mas ao mesmo tempo conforta as irmãs, procurando tranquilizá-las, já Maury, como diplomata, estava a trabalho e estariam sob a proteção do governo.

Na Itália, onde ficaram até 1946, Clarice mostraria mais uma de suas tantas facetas, atuando como voluntária na enfermaria de soldados brasileiros junto ao corpo de enfermagem da Força Expedicionária Brasileira. E de Nápoles, em 26 de março de 1945, escreve ao amigo Lúcio Cardoso:

Estou trabalhando no hospital americano, com os brasileiros. Visito diariamente todos os doentes, dou o que eles precisam, converso, discuto com a administração pedindo coisas, enfim, sou formidável. Vou lá todas as manhãs e quando sou obrigada a faltar fico aborrecida, tanto os doentes já me esperam, tanto eu mesma tenho saudade deles. (2002, p. 70)

Ao prestar socorro aos soldados feridos, Clarice encontra uma maneira de dar um sentido mais substancial à sua vida no exterior, tendo em vista o vazio que lhe invadia a alma ao se encontrar fora do Brasil. Estar em meio aos brasileiros, estejam eles sadios ou doentes, é um meio de sentir-se parte do país, de lá estar em pensamento, de se sentir útil ao prestar um benefício à nação amada.

Correspondendo-se com as irmãs Elisa Lispector e Tania Kaufmann, em 9 de maio de 1945, de Roma, Clarice Lispector relata como foi o fim da Guerra na Itália:

Uma das coisas de que eu estou surpreendida e vocês certamente também é que no bilhete de hoje de manhã não falei no fim da guerra. Eu pensava que quando ela acabasse eu ficaria durante alguns dias zozona. O fato é que o ambiente influenciou muito nisso. Aposto que no Brasil a alegria foi maior. Aqui não houve comemorações senão feriado ontem; é que veio tão lentamente esse fim, o povo está tão cansado (sem falar que a Itália foi de algum modo vencida) que ninguém se emocionou demais. Naquele filme “Wilson” vocês viram a parte natural da guerra de 14: uma alegria doída. Mas agora não. (2002, p.73-4)

Essa carta não somente retrata a história, visto que a Itália foi rendida anos antes de declarado o fim da guerra, e mais ainda, meses depois de a Alemanha ter se rendido, o Japão também o fez, como revela a insegurança e a ansiedade em todo o povo italiano pelo fim definitivo e oficial desse confronto que tantas dores causou. No entanto, mais importante do que esses fatos, destaca-se aqui a postura saudosa e emotiva da escritora ao falar sobre o Brasil e compará-lo ao lugar onde se encontra, assemelhando-se ao comportamento ufanista dos românticos, como Gonçalves Dias no tão conhecido e declamado poema “Canção do exílio”.

Nessa mesma carta Clarice continua:

Eu estava posando para De Chirico quando o jornalista gritou: *É finita la guerra!* Eu também dei um grito, o pintor parou, comentou-se a falta estranha de alegria da gente e continuou-se. Daqui a pouco eu perguntei se ele gostava de ter discípulos. Ele disse sim e que pretendia ter quando a guerra acabasse... Eu disse: mas a guerra acabou! Em parte a frase dele vinha do hábito de repeti-la. (2002, p.73-4).

Essa linguagem estranha, intensa, desterritorializada, que procura atingir zonas inesperadas, inventando um modo de pensar como potência para capturar os devires do mundo, é típica de Lispector. Aqui ela faz uma sutil crítica ao ambiente pouco comemorativo pelo fim da guerra.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, como já mencionamos, no Brasil se instaura um governo ditatorial e mais uma vez, através das correspondências pessoais de Clarice Lispector, podemos reafirmar uma faceta política da escritora, que pede aos seus amigos e familiares, notícias do Brasil. E em 2 de setembro de 1946, de Paris, Bluma Wainer lhe escreve: “Não sei se os jornais daí publicaram uns telegramas sobre os últimos acontecimentos no nosso querido Brasil — tiros, prisões, feridos. A polícia sob o controle do exército. Tudo isso nos faz chegar à conclusão de que se já não se impôs a ditadura militar, não demoraremos muito — questão de dias, talvez.” (2002, p. 98)

Percebemos que Lispector procurou, constantemente, atualizar-se sobre os acontecimentos ocorridos no Brasil, mostrando sua preocupação. Seu posicionamento frente a questões políticas sempre foi firme, porém de certo modo, camuflado, discreto e sutil, mas não o suficiente para passar despercebido. Clarice se engaja em campos diversos, sempre carregando consigo a cultura, a língua, e o amor pelo Brasil, seja na Literatura, na política, no Direito, seja servindo na Guerra, ou mesmo acompanhando Maury em seu trabalho diplomático. O fato é que

ela sentia-se brasileira de coração.

Em 1959, Clarice separa-se de Maury, voltando a morar no Brasil. E assim, sendo mãe de dois meninos, escritora, mulher, e como se não bastasse, desquitada, Clarice recomeça sua vida, contando com o apoio dos amigos e dos familiares e buscando novamente se adaptar à vida brasileira, depois de morar por 20 anos fora do Brasil, o que novamente a remete a certo estranhamento, a um comportamento de estrangeirismo na terra em que adotara como sua.

Podemos observar que Lispector, ao deslocar-se para o mundo, deslocava-se para dentro de si, e deste modo, desdobrava-se em diversas personas. Clarice foi várias em uma. Uma quase russa, uma quase estrangeira, uma quase brasileira. Construindo e desconstruindo sua identidade, sempre buscou seu lugar no universo, ainda que este fosse apenas seu.

Se seus pais engrenaram o primeiro movimento de fuga de Clarice, ao saírem da Ucrânia, mesmo sem querer, deram a ela, ou ela mesma se deu, a eterna sina de fugir. O que notamos é uma mulher que, por deslocar-se sempre, tornou-se deslocada, e deslocou para suas obras a necessidade de criar uma memória, de criar uma história: “e eu? Será que não serei meu próprio personagem? Será que eu me invento?” (LISPECTOR, 1999, p. 143)

## Referências Bibliográficas:

ARENDETT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

CARNEIRO, M<sup>a</sup> Luiza Tucci. O Anti-Semitismo na Era Vargas. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LISPECTOR, Clarice. A hora da estrela. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

\_\_\_\_\_, Clarice. A via crucis do corpo. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

GOTLIB, Nádía Battella. Biografia mostra Clarice além da ficção. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 jun. 1994.

GOTLIB, Nádía Battella. Clarice. Uma vida que se conta. São Paulo: Edusp, 2009.

MONTERO, Teresa (Org.). Correspondências: Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

MOSER, Benjamim. Clarice, uma biografia. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac Naify, 2009

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In OLIVEIRA, VELLOSO E GOMES (org.) Estado Novo: Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WALDMAN, Berta. O Estrangeiro em Clarice Lispector. in ZILBERMAN, R (org.). Clarice Lispector: a narração do indizível. Porto Alegre: Arte e Ofícios, 1998.

WALDMAN, Berta. A retórica do silêncio em Clarice Lispector - in Clarice em Questão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n<sup>o</sup>128, 1997.

**Artigo enviado em:** 09/10/2014

**Aceite em:** 02/04/2015